

ATA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2026

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois e vinte e seis, deu-se início, às 08h53, em segunda chamada, à I Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado, na sede do Conselho Municipal de Educação, situada à rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação, com a participação da presidente do Conselho, Sílvia Almeida Lira, da vice-presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Martin Sirolli, Sheila Motta Pereira, Alex de Almeida, Norielem de Jesus Martins, Jorge Luiz da Silva Nunes, Carine de Oliveira Moreira e Patrícia Aparecida da Silva Viríssimo, além da assessora técnica Cristiane Carneiro. A presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e fez a apresentação da pauta do dia, anunciando que esse ano é o último ano do mandato deste colegiado. Complementa dizendo que, na reunião de hoje, não aprovaremos ata da reunião ordinária anterior, pois a mesma já foi aprovada em dezembro. A presidente Sílvia apresenta o calendário de reuniões ordinárias do pleno para o ano de dois mil e vinte e seis, destacando as seguintes datas: fevereiro - 10/02, março - 10/03, abril - 14/04, maio - 12/05, junho - 09/06, julho - 01/07*, agosto - 11/08, setembro - 08/09, outubro - 20/10*, novembro - 10/11, dezembro - 01/12*. Sílvia comenta que as datas com asterisco sinalizam que o dia da semana foi alterado, tendo em vista algum evento que ocorrerá próximo à reunião do Conselho Pleno e, por esse motivo, indica-se a alteração de dia. Em seguida, pergunta aos conselheiros presentes se podemos manter o dia das reuniões às segundas terças-feiras de cada mês. A vice-presidente, Mariana Máximo, diz que esse calendário precisa ser publicado, após aprovação, em Boletim Oficial. Alex de Almeida diz que as terças-feiras, para ele, fica complicado por questões particulares vinculadas aos seus estudos, mas que pode articular com seu suplente a participação. Sílvia Lira diz que as segundas-feiras e às sextas-feiras não se configuram bons dias devido a impossibilidade de participação de alguns conselheiros. Patrícia Viríssimo diz que as terças-feiras não são bons dias para a participação da conselheira e vereadora Titi e do conselheiro e vereador Charles, por conta das sessões na Câmara Legislativa. O conselheiro Martin diz que para ele não muda muito ser terça, quarta ou quinta e reforça dizendo que, para ele, não faz diferença. A conselheira Norielem diz que para ela também é indiferente, pois ela consegue fazer as adequações necessárias em seus vínculos trabalhistas. Sílvia pergunta se há proposta de alteração de dia da reunião do Conselho Pleno e nenhum conselheiro se manifesta. Por unanimidade, fica aprovado que as reuniões do Conselho Pleno, no ano de dois mil e vinte e seis, acontecerão nas segundas terças-feiras de cada mês pela manhã. A presidente Sílvia Almeida Lira então reforça as datas do calendário mensal de reuniões do pleno e explica algumas mudanças em alguns dias, tendo em vista alguns eventos que acontecerão. Sílvia Lira faz uma fala sobre a eleição do colegiado e da presidência do CME e da CACS FUNDEB, que deverá ocorrer no final de 2026. Patrícia Viríssimo pergunta quando será essa eleição e Sílvia Lira diz que o edital será divulgado em 6/10 e a previsão de eleição em 01/12. O conselheiro Jorge pergunta se os conselheiros que já estão nesse mandato podem também ser indicados pelas organizações da sociedade civil. Alex de Almeida diz que pode vir como conselheiro em outra cadeira e quem está nesse mandato como conselheiro da CACS/FUNDEB não pode ser reconduzido a um novo mandato. A conselheira Norielem diz que a lei já está formatada para que haja uma oxigenação na estrutura. O conselheiro Martin pergunta se todos os cargos expirarão no mesmo dia. Sílvia Lira diz que o mandato encerra para todos os conselheiros em dezembro de 2026. A conselheira Sheila diz que entrou também no meio do mandato, mas que tem pessoas que só conheceu no dia da eleição e não apareceu mais nas reuniões. Sheila reforça a ideia de pensar em pessoas comprometidas e que

realmente atuem no Conselho para o próximo mandato. Mariana Máximo diz que esbarramos no princípio democrático e que muitas representações são decididas através do voto da categoria. O conselheiro Jorge comenta que, no novo processo eleitoral, a sociedade civil pode se manifestar através de outras organizações e indicar outros conselheiros, mas que se não aparecer, ele não pode mais vir como representante da sociedade civil ou terá que vir em outra categoria. A presidente Silvia Lira diz que o importante é estar contribuindo nas discussões e que todos podem participar das reuniões como ouvinte. O conselheiro Jorge salienta que o importante é que tenham pessoas que lutem pela inclusão. Com relação à eleição do colegiado e da presidência, Alex de Almeida questiona se é possível e legal fazer a publicação em Boletim Oficial, ainda em 2026, para o mandato que inicia em 2027. O referido conselheiro traz essa discussão para o pleno e explica que quando você dá posse aos novos conselheiros, os antigos perdem o mandato automaticamente. Então, sugere que o processo eleitoral possa ser conduzido até dezembro e a publicação dos novos conselheiros acontecer em janeiro de 2027. Silvia Lira diz que essa situação será estudada e que abordaremos essa questão em outro momento com informações concisas após consulta ao jurídico. A presidente Silvia Lira passa então para o próximo ponto da pauta: a apresentação do Plano de Ação para o ano de 2026, através da Assessora Técnica Cristiane Carneiro. A apresentação contemplou a organização das atividades que serão desenvolvidas pelo colegiado ao longo do primeiro semestre, como a produção de normativas, a participação em eventos municipais, estaduais e federais. Cristiane enfatiza que o plano de ação traz ações ordinárias nas quais o CME atua, mas que outras demandas surgem ao longo do ano. Silvia pergunta se todos sabem o que é PMPI (Plano Municipal pela Primeira Infância) e explica um pouco do que se trata. Patrícia Viríssimo questiona se o PMPI faz menção aos profissionais da Educação Infantil. Silvia Lira diz que agendará uma reunião com os grupos de trabalho do PMPI e que, nessa ocasião, a mesma poderá colocar suas indagações. O conselheiro Jorge pergunta da possibilidade da equipe do PMPI vir fazer uma apresentação na reunião do pleno. Silvia Lira diz que conversará com a equipe da AVANTE/PMPI e verificará a possibilidade da participação deles na reunião do pleno de março ou abril. Patrícia Viríssimo diz que adorou a sugestão do conselheiro Jorge. Mariana Máximo explica sobre a importância da composição da comissão para o monitoramento do Fundo Municipal de Educação (FME): representação paritária – dois membros do poder público, dois da sociedade civil, presidência/assessoria. Mariana Máximo pergunta para os conselheiros o que eles acham dessa comissão, que ficará destinada a estudar, analisar e fiscalizar o FME. O conselheiro Jorge comenta que é interessante ter uma comissão para fazer uma análise elaborada e aprofundada do FME e atuar na fiscalização desse fundo. Silvia Lira diz que o GT do FME será produtivo e atuante. Conselheiros que se disponibilizaram a compor a comissão do FME: Jorge Luiz e Alex de Almeida, da sociedade civil; e Norielem, do poder público. Foi indicado, também, para compor essa comissão, o nome da conselheira Bárbara e a presidência verificará com ela a disponibilidade. A Presidência também verificará a disponibilidade do conselheiro Charles. Mariana Máximo apresenta a agenda de visitas às Escolas Públicas Municipais insulares: 11/03 – Abraão, Enseada das Estrelas, Bananal e Sítio Forte. Mariana Máximo fala que o CME (Conselho Municipal de Educação) e o CAE (Conselho de Alimentação Escolar) receberam um carro e que o mesmo ficará disponível para o serviço desses conselhos. Alex de Almeida, Sr. Martin e Norielem se disponibilizaram em fazer no dia 11/03, visita às escolas da Ilha Grande. Mariana Máximo comenta que nessas visitas o CME também verificará as condições de acessibilidade, que é uma solicitação do Ministério Público e complementa dizendo que na Reunião Ordinária de março poderemos agendar visitas às escolas do continente. Norielem afirma que precisamos continuar construindo a normativa para Educação Quilombola. Já iniciamos esse movimento com atuação do CME, da Arquisabra, da Faculdade de Educação da UFRJ, além de lideranças quilombolas do nosso

município e ressalta que precisamos concluir a minuta de legislação que versa sobre a Educação Quilombola ainda neste semestre, se possível. Norielem pergunta se as composições da Câmara de Educação Básica e da Câmara de Legislação e Normas continuam as mesmas e se as coordenações estão sendo mantidas. Silvia Lira diz que na Câmara de Legislação e Normas o coordenador é o Nevaldo, que contribui bastante e na Câmara de Educação Básica, a coordenadora era a Suellen, que pediu para sair ano passado. Norielem diz que gostaria de compor a Câmara de Educação Básica. Silvia Lira diz que ela pode também ser inserida na referida câmara. Silvia Lira diz que fará uma enquete no grupo da Câmara de Educação Básica para eleger o novo coordenador. O conselheiro Martin pergunta se as visitas às escolas insulares serão mensais. Mariana Máximo explica que temos a intenção de visitar todas as escolas insulares ainda nesse semestre, mas não temos como precisar cronograma nesse momento. Silvia Lira relata a presença da presidência do CME na inauguração da E. M. Morada do Bracuí e do CEMEI Bracuí II, destacando que a E. M. Morada do Bracuí apresenta acessibilidade arquitetônica complexa. Passamos para o próximo ponto da pauta: aprovação do Parecer CMEAR 001/2026, para autorização e funcionamento para a Educação Infantil da Cooperativa de Trabalho e Serviços Educacionais São Bento – CESB. A presidente Silvia Lira solicitou à assessora técnica, Cristiane Carneiro, que apresentasse o Parecer, rememorando a visita técnica e colocando-o para aprovação, finalizando assim o processo. Após explanação da assessora técnica a respeito do processo de autorização de funcionamento do CESB, o Conselho Pleno aprova, por unanimidade, a publicação da portaria para a Cooperativa de Trabalho e Serviços Educacionais São Bento – CESB. Cristiane Carneiro informou que ainda existem processos de autorização de funcionamento que não foram finalizados por pendência de documentos. Silvia Lira relata que, ontem, o CME notificou uma unidade de Educação Infantil na Ribeira, pois está em funcionamento sem portaria de autorização. Silvia informa sobre o Programa de Aprendizagem na Idade Certa para os Anos Finais terá sua cerimônia de apresentação na sala de reuniões do CME no dia de hoje e conclui dizendo que temos a intenção de convidar os responsáveis por esse programa para fazer uma explanação para o colegiado. Em seguida, apresentou-se o provisionamento orçamentário para 2026 do CME, como diária, materiais de consumo, locação de veículo, locação do imóvel, locação do extintor, serviço de limpeza, locação da copiadora multifuncional, entre outros itens. Outro ponto da pauta abordado foi a reunião virtual com o Ministério Público sobre a E. M. para Deficientes Visuais (EMDV). Silvia Lira solicita que o conselheiro Jorge faça a fala. Jorge comenta que, desde 2022, vem solicitando ao poder público que a EMDV seja um espaço com acessibilidade arquitetônica e resgata todo o caminhar dessa luta pela garantia de um espaço digno e acessível para a EMDV, inclusive cita a fala do Sr. Paulo Fortunato na reunião do conselho pleno em novembro de 2025. Alex de Almeida enfatiza a nova lei da inclusão, trazendo a questão dos monitores, dizendo que está havendo interpretações equivocadas. Mariana Máximo diz que essa lei dá maior autonomia para as escolas e que preconiza a elaboração de Estudos de Casos para os estudantes público-alvo da Educação Inclusiva. Salienta, ainda, que uma criança não precisa de laudo para receber um trabalho diferenciado e que o ganho dessa lei é que o aluno que não tem laudo, seja observado com intencionalidade de aprendizagem pela Unidade Escolar. Alex de Almeida relata que está recebendo questionamentos sobre o monitor atuar como auxiliar da turma, a partir de alguns entendimentos errôneos da nova lei de inclusão e traz a preocupação dos monitores sobre sua função ser confundida com o auxiliar da turma. Sheila diz que não existe o certo e o errado, é uma questão de concepção. Alex de Almeida diz que vivenciamos uma realidade difícil, mas que estamos discutindo a questão legal e avisa que o SEPE vem acompanhando casos de congelamento de estágio probatório em casos de licença maternidade, o que é inconstitucional. Após as considerações finais, a presidente do CME, Silvia Almeida Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Cristiane Carneiro, li e encerro esta ata.



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Conselho Municipal de Educação

Ata lida e aprovada na II Reunião ordinária do Conselho Pleno em dez de março de dois mil e vinte e seis.